

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 30 de Novembro de 2007**

**Área Temática: PAA - SAN**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Setembro de 2007

## Índice

<b>Quatro refeições</b> - Fernando Reinach* - Estado de São Paulo – Vida & - 01/11/2007.....	4
<b>30 Restaurantes Populares, com recursos do MDS, já foram inaugurados no País</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 01/11/2007 .....	5
<b>Dourados registra 12.<sup>a</sup> morte por desnutrição</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 05/11/2007 .....	7
<b>Qualidade e segurança dos alimentos</b> - Antônio Márcio Buainain* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/11/2007 .....	7
<b>Ministro Patrus Ananias participa de Seminário que discutirá Lei de Segurança Alimentar e Nutricional</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 06/11/2007 .....	8
<b>Segurança alimentar é debatida durante seminário em Porto Alegre</b> - Luciane Bosenbecker - Sítio Eletrônico da Fetraf – 7/11/2007 .....	9
<b>Desafios e importância da Lei de Segurança Alimentar são debatidos no Congresso</b> – Sítio Eletrônico do MDS – 07/11/2007 .....	10
<b>Alimentos elevam IPCA para 0,30% em outubro</b> - Jacqueline Farid, Flavio Leonel e Francisco Carlos de Assis – Estado de São Paulo – Nacional – 08/11/2007 .....	11
<b>Conab compra produtos de assentados catarinenses</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 09/11/2007 .....	12
<b>Crise alimentar, energia e clima: nova geopolítica da fome?</b> - Francisco Carlos Teixeira – Agência Carta Maior – 13/11/2007 .....	13
<b>Segunda Quinzena</b>	
<b>FAO propõe ajuda a trabalhador para proteger ambiente</b> - Efe – Estado de São Paulo – Vida & - 16/11/2007.....	17
<b>'Subsídio ambiental' tem apoio das Nações Unidas</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 16/11/2007 .....	18
<b>Energia e preço dos alimentos preocupam G20</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/11/2007 .....	19
<b>Produção agroecológica de assentamento abastece entidades sociais</b> – Sítio Eletrônico do MST – 19/11/2007.....	19

<b>Compra Direta Local será implantada em Dourados (MS) com apoio do Ministério do Desenvolvimento Social – Sítio Eletrônico do MDS – 20/11/2007</b> .....	20
<b>Importação de alimento deve bater recorde, afirma FAO – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/11/2007</b> .....	22
<b>Mel em sachê produzido em PAs da Paraíba vai beneficiar escolas – Sítio Eletrônico do MDA – 22/11/2007</b> .....	23
<b>Custo de importação de alimentos sobe 21% - Assis Moreira – Valor Econômico - 22/11/2007</b> .....	24
<b>Criada Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – Sítio Eletrônico do MDS – 26/11/2007</b> .....	25
<b>Secretário Onaur Ruano, do MDS, apresenta diretrizes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) a delegação peruana – Sítio Eletrônico do MDS – 27/11/2007</b> .....	26
<b>Posse no Consea é marcada por pedidos de investimentos sociais e comemorações pelos avanços alcançados – Cíntia Nunes - Sítio Eletrônico do MDS – 27/11/2007</b> .....	27
<b>Alimento sobe e inflação fica em 0,19%, diz Fipe – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/11/2007</b> .....	28
<b>Instituições Brasileiras de Alimentação e Nutrição reúnem-se em Salvador (BA) – Sítio Eletrônico do MDA – 30/11/2007</b> .....	28
<b>Feira que expõe experiências de desenvolvimento local terá participação do MDS – Sítio Eletrônico do MDS – 30/11/2007</b> .....	29

## Quatro refeições - Fernando Reinach\* - Estado de São Paulo – Vida & - 01/11/2007

Imagine quatro refeições: uma industrializada, hambúrguer e refrigerante; outra preparada com produtos “orgânicos” comprados em supermercados; uma terceira produzida a partir de produtos de uma fazenda que pratica a agricultura sustentável e, finalmente, uma preparada com ingredientes coletados diretamente nos ecossistemas naturais, carne de caça e cogumelos selvagens. Durante cinco anos, Michael Pollan viveu as atividades envolvidas na produção e obtenção dos ingredientes para cada essas refeições. O resultado é contado num livro em que virtudes, problemas e implicações éticas de cada uma dessas maneiras de nos alimentar são discutidos em detalhe.

O hambúrguer e o refrigerante têm sua origem nas plantações intensivas de milho no meio-oeste americano, em fazendas de alta produtividade, fábricas altamente tecnificadas que utilizam grande quantidade de insumos químicos e tecnologia e são provavelmente os locais onde mais calorias são produzidas por metro quadrado no planeta. Se, por um lado, são eficientes, falar em biodiversidade num ambiente onde o fazendeiro tem que ir ao supermercado para comprar um pé de alface é piada. Pollan segue o milho das fazendas até as processadoras onde a ração animal e o açúcar que vai adoçar os refrigerantes são produzidos. A ração acaba no cocho de centros de engorda de bovinos ou em fazendas intensivas de criação de frangos onde animais são tratados com máquinas capazes de transformar milho em carne. O resultado é uma alimentação pouco saudável, barata e com altos custos ambientais, mas capaz de alimentar um grande número de seres humanos. Depois da leitura fica difícil apreciar um bom hambúrguer.

Em seguida vem a refeição “orgânica” com ingredientes produzidos em larga escala. Pollan descreve as modificações para transformar as pequenas propriedades “orgânicas” na enorme indústria de alimentos naturais que vem crescendo continuamente nos EUA. É impressionante quão diferente do que imaginamos quando compramos no supermercado é a produção desses alimentos. A descrição das fazendas de frangos “orgânicos” é quase tão educativa quanto o cálculo da quantidade de petróleo queimado e gás carbônico emitido para garantir que um consumidor “consciente” em Nova York possa comer aspargos “orgânicos” frescos produzidos na Argentina.

O capítulo sobre o trabalho em uma fazenda radicalmente “correta” é o mais interessante, pois demonstra como o método de produção pode ser integrado, da manutenção de pastagens diversificadas até a preservação da fertilidade do solo. Fica claro como é possível tratar eticamente os animais e produzir refeições que não impactam o meio ambiente. O problema é o custo final e a impossibilidade de aumentar a escala de produção para atender grandes cidades e a enorme população do planeta.

O último capítulo nos leva de volta ao nosso modo de vida pré-agricultura, de caçadores e coletores de alimento. O esforço para preparar uma refeição é enorme, mas recompensado por uma total integração entre o consumidor e a vida dos nossos alimentos.

O livro *The omnivorous dilemma. A natural history in four meals*, Penguin Books, 2007, já pode ser encontrado em português. \* Biólogo (fernando@reinach.com)

### **30 Restaurantes Populares, com recursos do MDS, já foram inaugurados no País – Sítio Eletrônico do MDS – 01/11/2007**

No País, 30 restaurantes populares, construídos e equipados com recursos do governo federal, já foram inaugurados. Nestas unidades, são servidas 45 mil refeições por dia, garantindo alimentação de qualidade a trabalhadores de baixa renda, desempregados, estudantes, idosos e população em situação de risco social.

Atualmente, outros 46 restaurantes estão em construção e há mais 21 unidades com obras a serem iniciadas. Quando todas as 97 unidades que receberam recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) estiverem prontas, serão servidas 151 mil refeições diariamente. O investimento total é de R\$ 85,8 milhões.

Implantado pelo governo federal em 2003, o Programa Restaurante Popular é uma das ações do Fome Zero e possibilita o acesso a uma alimentação saudável e de baixo custo (R\$1,00). As unidades são instaladas apenas em cidades com mais de 100 mil habitantes.

Os recursos para construção e compra de equipamentos e utensílios são repassados pelo MDS. As Prefeituras ou governos estaduais investem, em contrapartida, de 5% a 40% do valor da obra, dependendo da região. Os restaurantes são gerenciados pelos Estados ou municípios selecionados.

“Graças aos restaurantes populares, sempre localizados em áreas de grande movimentação da cidade, muitas pessoas que antes enfrentavam dificuldades de alimentação, passam a ter oferta de refeição pronta saudável, balanceada, e com um preço subsidiado”, destaca o ministro Patrus Ananias. “Além disso, eles guardam um elevado potencial de articulação com outras políticas na mesma área, estruturando uma ampla rede de segurança alimentar com reforço, inclusive, para ações de educação alimentar”, acrescenta.

<b>RESTAURANTES POPULARES</b>			
<b>UF</b>	<b>INAUGURADOS</b>	<b>CONSTRUÇÃO</b>	<b>OBRAS NÃO INICIADAS</b>
<b>AC</b>	-	Rio Branco	-
<b>AL</b>	-	Arapiraca e Maceió	-
<b>AM</b>	Manaus	Manaus (funcionando, mas ainda não inaugurado)	-
<b>AP</b>	-	Macapá	-
<b>BA</b>	Itabuna	Feira de Santana, Jequié, Lauro de Freitas e Paulo Afonso	Alagoinhas, Juazeiro e Ilhéus
<b>CE</b>	Sobral	Caucaia, Crato, Juazeiro do Norte e Maracanaú	2 em Fortaleza
<b>DF</b>	-	-	Brasília
<b>GO</b>	-	Águas Lindas de Goiás e Goiânia	-
<b>ES</b>	-	-	Cariacica, Colatina e Vitória
<b>MA</b>	-	Codó e Imperatriz	-
<b>MG</b>	2 em Belo Horizonte, Ipatinga e Varginha	Belo Horizonte, Betim, Divinópolis, Governador Valadares, Montes Claros, Patos de Minas, Poços de Caldas, São João Del Rei e Sete Lagoas	Juiz de Fora
<b>MT</b>	-	Cuiabá e Várzea Grande	-
<b>PA</b>	-	Belém	Santarém
<b>PB</b>	Campina Grande	Bayeux, Patos, Campina Grande e Santa Rita	João Pessoa
<b>PI</b>	Teresina e Parnaíba	Teresina	-
<b>PE</b>	Petrolina e Recife (Restaurante-Escola)	-	Olinda e Vitória de Santo Antão
<b>PR</b>	Toledo e Curitiba	Colombo e Paranaguá	-
<b>RJ</b>	Rio de Janeiro (2)	Magé e Petrópolis	São Gonçalo
<b>RS</b>	Porto Alegre, Uruguaiana, Santa Maria e Caxias do Sul	Santa Maria	Cachoeirinha e Pelotas
<b>RR</b>	Boa Vista	-	Boa Vista
<b>SC</b>	Chapecó	Joinville	-
<b>SP</b>	Araraquara, Boracéia, Diadema, Guarulhos, Mauá, Jandira, Araçatuba e São Vicente	Atibaia, Ferraz de Vasconcelos, Guarujá e São Carlos	Guarulhos e Suzano
<b>SE</b>	-	Nossa Senhora do Socorro	Aracaju
<b>TO</b>	-	Araguaína	-
	<b>TOTAL: 30</b>	<b>TOTAL: 46</b>	<b>TOTAL: 21</b>
	<b>TOTAL GERAL: 97</b>		

**Dourados registra 12.<sup>a</sup> morte por desnutrição** – Estado de São Paulo – Nacional – 05/11/2007

A desnutrição matou mais uma criança indígena na Reserva de Dourados (MS). No sábado morreu um menino de 3 anos, no Hospital Universitário de Dourados, que estava internado havia oito dias. O laudo médico aponta hemorragia, desidratação, infecção e desnutrição. É o 12º caso deste ano na reserva, dois a menos do que em todo o ano passado. Segundo a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), desde 2005 morreram 53 crianças indígenas, com sintomas de subnutrição.

**Qualidade e segurança dos alimentos** - Antônio Márcio Buainain\* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/11/2007

Viver no Brasil pode ser uma aventura perigosa. Não me refiro ao risco de ter o relógio roubado no meio do trânsito, de ser vítima de uma bala perdida ou de sofrer um acidente em estradas esburacadas; tampouco penso na possibilidade de ser tragado pela água da chuva que transforma ruas em rios por falta de infra-estrutura de escoamento ou limpeza de bueiros; ou de acabar soterrado por deslizamento de terra à primeira chuva de verão. Nem me lembro de acidentes aéreos que não saem das manchetes. Um bom estatístico não teria dificuldade de apresentar sólida evidência de que a probabilidade de ocorrência desses eventos é pequena, muito menor do que a de ganhar sozinho na Mega Sena, e que eu não deveria me preocupar com estes riscos da mesma maneira que não devo gastar o dinheiro da loteria antes de o bilhete ser sorteado.

O risco a que me refiro é mais real, palpável e não pode ser evitado, já que é recomendável - e deveria ser saudável - que as pessoas se alimentem, de preferência três vezes ao dia. A verdade é que já fazia parte, como se diz na linguagem popular, adquirir combustível batizado, medicamentos vencidos, brinquedos defeituosos que comprometem a segurança das crianças, etc. Mas a “descoberta” de fraude na fabricação de leite industrializado, com a adição de produtos químicos para mascarar a falta de higiene na produção e a má qualidade do produto, põe em tela um tema cada vez mais importante nos países desenvolvidos: o da qualidade e segurança dos alimentos. Revela para a sociedade o que especialistas, produtores e governos já sabiam: a ineficácia do sistema de inspeção e fiscalização sanitária. O presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Alvim, declarou que os produtores “sabiam que estava havendo adulteração do produto, com adição de soro, água ou amido”, mas que não imaginavam “que a situação fosse tão grave quanto o que está sendo colocado”. E reconhece que “o governo não tem condições de fazer uma fiscalização efetiva na cadeia produtiva do leite, que é produzido em todos os 5.565 municípios do País”.

Se o problema fosse circunscrito a este produto, seria apenas adotar a revolucionária “dieta do leite” - que suprime a ingestão de todo produto lácteo. O prejuízo ficaria limitado

aos produtores de leite, que, depois de anos de dificuldades que levaram milhares à troca de atividade, finalmente estavam retomando os bons negócios. Mas quem garante que o problema seja só com o leite, se as instituições que deveriam zelar pela qualidade e sanidade dos alimentos se mostram incapazes de cumprir suas funções? A capacidade dos consumidores para avaliar os alimentos é limitada. Podem inferir alguns atributos a partir da aparência, antes mesmo de tomar a decisão de consumi-los; para conhecer o sabor precisam prová-los; mas mesmo assim não saberão identificar algumas características dos produtos - reveladas por testes laboratoriais -, que, por isso, são consumidos em confiança. Daí a importância das marcas usadas pelas empresas para transmitir uma mensagem ao consumidor, conquistá-lo e fidelizá-lo. Produtos saudáveis, de qualidade, durabilidade e produzidos com respeito ao meio ambiente são associados a marcas e consumidos em confiança.

O problema é que semanalmente os canais de TV apresentam avaliações da conformidade de produtos às normas estabelecidas e raramente os resultados são animadores. Mesmo marcas conhecidas de alimentos são reprovadas em quesitos básicos, como a quantidade de caloria, a não declaração de ingredientes que podem causar alergia ao consumidor, açúcar em produtos para diabéticos, entre outros. A explicação usual é que o teste aplicado não corresponde ao usado pela empresa. Quando problemas que deveriam ser detectados pela fiscalização o são pela Polícia Federal, é porque a situação já fugiu do controle.

É provável que o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) tenha razão ao afirmar que “se outros alimentos forem testados, também vão apresentar problemas”. A simples contratação ou rodízio de fiscais não resolverá o problema. Enquanto a fraude for fonte de lucro, e não de punição, a indústria da falsificação se manterá forte e dinâmica. E, quando se fala em punição, e se olha para cima, não há muitas razões para otimismo neste Brasil que insiste em reclamar e não reagir, em responsabilizar o governo e permanecer inerte. \***Antônio Márcio Buainain é professor do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: [buainain@eco.unicamp.br](mailto:buainain@eco.unicamp.br)**

### **Ministro Patrus Ananias participa de Seminário que discutirá Lei de Segurança Alimentar e Nutricional – Sítio Eletrônico do MDS – 06/11/2007**

O Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, participa nesta quarta-feira (07/11) da solenidade de abertura do *Seminário Nacional: A Implementação da Losan: Avanços e Desafios*, que será realizado na Câmara dos Deputados, em Brasília, a partir de 9h. O evento é promovido pela Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional do Congresso Nacional e Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

Na seqüência, o secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Onaur Ruano, falará sobre *A Construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Sisan*. A Assessora Especial do Fome Zero, Adriana Aranha, também participa



do Seminário, que contará ainda com o representante da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) na América Latina, José Graziano; o presidente do Consea, Renato Maluf; e o coordenador-geral da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional, deputado Nazareno Fonteles (PT/PI), entre outros.

O Seminário tem por objetivo avaliar o primeiro ano de vigência da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Lei 11.346/2006-, seus avanços e as debilidades decorrentes da ausência de regulamentação de vários de seus dispositivos. E ainda discutir formas de apoiar sua plena aplicação e contribuir para fortalecer a inserção e consolidação do direito humano à alimentação adequada na agenda pública.

A Losan assegura o direito humano à alimentação adequada. Além disso, responsabiliza o poder público pela promoção do direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente a alimentos, em qualidade e quantidade. A Lei institui também o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Por meio dele, governos municipais, estaduais e federal - assim como organizações da sociedade civil e empresas privadas - atuarão conjuntamente na formulação e implementação de políticas e ações de combate à fome e de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. A Sisan monitorará ainda a situação nutricional da população, definindo direitos e deveres do poder público, da família, empresas e da sociedade.

### **SERVICO**

***Seminário Nacional – A Implementação da LOSAN: Avanços e Desafios - Participação do Ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias.***

**Data:** 07 de novembro de 2007 (quarta)

**Horário:** 9h (abertura)

**Local:** Auditório Freitas Nobre – Anexo IV – Câmara dos Deputados – Brasília

**Segurança alimentar é debatida durante seminário em Porto Alegre - Luciane Bosenbecker - Sítio Eletrônico da Fetraf – 7/11/2007**

O Presidente Nacional do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), Renato Maluf, vai estar em Porto Alegre, nesta sexta-feira (09.11) no Seminário da Agricultura Familiar e Segurança Alimentar. O encontro será realizado, das 8h30 às 17h30, na Sala Maurício Cardoso, no 4º andar da Assembléia Legislativa e é uma promoção do Consea/RS e do Fesans (Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável/RS).

Um dos objetivos é debater as propostas mais importantes resultantes das conferências Estadual e Nacional de Segurança Alimentar realizadas este ano, que priorizam as Políticas Públicas para produção e abastecimento de Alimentos.

### **PROGRAMAÇÃO**

8h30 às 9h:Recepção

9 às 10h: Abertura - Composição da Mesa dirigente dos trabalhos e pronunciamentos de autoridades presentes.

10 às 11h30: Exposição 1 - Segurança Alimentar e Nutricional: as propostas para o Desenvolvimento Rural e agricultura familiar - Renato Maluf – Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA

11h30 às 12h30: Debate  
13h30 às 14h: Coletiva com a Imprensa  
14 às 14h30: Início dos trabalhos  
14h30 às 15h30: Exposição 2 - As agendas de mobilização da Agricultura Familiar para o Desenvolvimento Rural no contexto da Segurança Alimentar - Altemir Tortelli – Coordenador da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar Sul – FETRAFSUL e Conselheiro do CONSEA Nacional  
15h30 às 16h30: Debate  
16h30 – Encaminhamentos  
17h30 - Encerramento  
Última Atualização ( 07 de novembro de 2007 )

### **Desafios e importância da Lei de Segurança Alimentar são debatidos no Congresso – Sítio Eletrônico do MDS – 07/11/2007**

Ministro Patrus Ananias participa de Seminário sobre Lei de Segurança Alimentar e Nutricional

*Na Câmara, ministro Patrus Ananias defende transparência e eficácia nos investimentos em projetos sociais*

Os avanços e desafios na implementação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), sancionada há um ano, são foco de um seminário nacional durante esta quarta-feira (07/11) na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF). Promovido pela Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional do Congresso Nacional e pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, o evento contou com a presença do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias. Pelo MDS, participam também o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Onaur Ruano, a assessora especial do Fome Zero, Adriana Aranha, além dos deputados Nazareno Fonteles (PT-PI), Alcení Guerra (DEM-PR), representantes da FAO e Consea e outros parlamentares.

Na abertura do evento, o ministro salientou a importância da Lei (11.346/06), que foi aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional. “O ser humano tem que ser atendido em sua plenitude”, afirmou. “Do mesmo modo, é preciso integrar todos os entes federativos de forma democrática”, completou. O ministro também defendeu a transparência e eficácia dos investimentos feitos em projetos sociais no País. “Precisamos mostrar onde está sendo aplicado o dinheiro dos impostos, avançar na avaliação do impacto desses programas e mostrar à sociedade os resultados dos nossos trabalhos”, disse.

AVANÇOS – Entre os avanços na área do Fome Zero desde a aprovação da lei, o ministro Patrus citou a ampliação em R\$ 3 bilhões nos recursos para financiamento da agricultura familiar, com o Plano Safra 2007-2008 e o anúncio, pelo presidente da

República, da expansão da merenda escolar para o ensino médio. A ampliação da faixa etária do Bolsa Família e seu reajuste em 18%, que é, segundo pesquisas, aplicado em grande parte na compra de alimentos, também foram destacados pelo ministro. Para o ministro, o desafio agora é construir um sistema de segurança alimentar flexível, ágil e eficaz. Para tanto, o MDS está criando uma comissão interministerial que visa a regulamentação da Lei Orgânica.

Coordenador da Frente Parlamentar, o deputado Nazareno Fonteles lembrou que a lei reconhece o direito à alimentação adequada como indispensável à realização dos demais direitos consagrados na Constituição. “Isso significa um grande passo na luta contra a fome e a desnutrição”, afirma o parlamentar. Fonteles também ressaltou a rapidez na aprovação da lei. “A Losan é tão importante que foi aprovada por unanimidade, mostrando o caráter republicano do Congresso”. Para ele uma grande ferramenta criada pela Losan é o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), que transforma os programas relacionados à nutrição humana em políticas de Estado de caráter permanente, evitando, assim, que as trocas de governo provoquem descontinuidade administrativa.

**Alimentos elevam IPCA para 0,30% em outubro** - Jacqueline Farid, Flavio Leonel e Francisco Carlos de Assis – Estado de São Paulo – Nacional – 08/11/2007

O aumento nos preços das frutas e outros produtos alimentícios elevou a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 0,30% em outubro, ante 0,18% em setembro. O resultado veio acima das expectativas do mercado financeiro (média de 0,20%). No ano, o índice acumula 3,3% - já superior ao do ano passado, de 3,14% - e em 12 meses, de 4,12%.

A coordenadora de índices de preços do IBGE, Eulina Nunes dos Santos, disse que a inflação de outubro foi “mais espalhada do que nos meses anteriores, quando estava mais concentrada no leite”. Ela destacou a pressão dos alimentos perecíveis, mas também de vários não alimentícios como vestuário (0,72%), remédios (0,36%), gasolina (0,36%) e cimento (6,46%). No entanto, apesar de mais espalhada, a inflação não é generalizada.

Apenas quatro itens (feijão, batata inglesa, carnes e frutas) responderam pela metade da taxa. A alta só não foi maior, segundo Eulina, porque o leite, vilão de maio a agosto, recuou 12,84% e contribuiu para contê-la.

## **Conab compra produtos de assentados catarinenses – Sítio Eletrônico do MDA – 09/11/2007**

Agricultores assentados de Santa Catarina estão comercializando seus produtos diretamente para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Entre 2005 e 2007, a Conab investiu mais de R\$ 5,7 milhões na compra de produtos de 2.516 assentados do estado, principalmente das regiões de Abelardo Luz, São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira, Campos Novos, Garuva e Ponte Alta. Foram mais de 40 produtos adquiridos, entre hortifrutigranjeiros, leite e carnes.

Para o superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Santa Catarina, João Paulo Strapazzon, os números apresentados pela Conab demonstram que investir na reforma agrária é gerar ocupação e renda no campo.

“Os números são um reflexo dos investimentos na viabilidade econômica dos assentamentos do estado. Quando o Governo Federal investe na infra-estrutura dos assentamentos, está trabalhando para reduzir a migração do campo, para combater a miséria e para aumentar a produção de alimentos. Todos saem ganhando, desde o assentado, o comerciante local e a escola até os moradores das grandes cidades. Ou seja, o Brasil sai ganhando”.

**Programa de Aquisição de Alimentos** - O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por intermédio do qual ocorre a compra direta da Conab, é um instrumento de estruturação do desenvolvimento da agricultura familiar, acionado após a etapa final do processo produtivo, no momento da comercialização. Considerado uma das principais ações estruturais do Programa Fome Zero, o PAA constitui-se em mecanismo complementar ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Sua operacionalização é simples, pois a compra é feita diretamente pela Conab, sem intermediários ou licitações, e com preço compensador. Os alimentos adquiridos são destinados a ações sociais, como à merenda escolar e à doação para entidades carentes.

Segundo o superintendente substituto da Conab em Santa Catarina, Vilmar Dutra, a meta do órgão é estreitar ainda mais o relacionamento com os assentados do estado. “Como o PAA é um programa social, sempre buscamos parceiros que estejam também inseridos em um contexto de inclusão social”, salienta.

**Crise alimentar, energia e clima: nova geopolítica da fome?** - Francisco Carlos Teixeira  
– Agência Carta Maior – 13/11/2007

No momento em que o preço do barril de petróleo ultrapassa os U\$ 90,00, uma outra onda, contínua e silenciosa, se espalha pelo mundo. Trata-se da alta dos preços agrícola, em especial dos gêneros alimentícios. A análise é de Francisco Carlos Teixeira.

*“A explosão dos preços dos cereais nos últimos meses e a ameaça que a situação vai prolongar-se no futuro imediato levou ontem a UE a tomar medidas drásticas para aumentar seu cultivo e favorecer sua importação”*. **EL PAÍS, 27/09/2007, p. 48.**

**O avanço silencioso da fome** - No momento – novembro de 2007 - em que o preço do barril de petróleo ultrapassa os U\$ 90,00, uma outra vaga, contínua e silenciosa, se espalha pelo mundo. Trata-se dos preços agrícolas, em especial dos gêneros alimentícios. Desde 2005 os preços do milho duplicaram e o “bushel” – medida standard de 24.5 quilos - de trigo aumentou mais de 60% ( no mercado americano atingiu, em outubro de 2007, o preço recorde de U\$ 9.16 em face da média histórica de U\$ 6,00 ). As razões para tais aumentos poderiam ser atribuídas a duas ordens de fatores: de um lado, existiriam causas conjunturais e, portanto, aperiódicas e de difícil previsão e controle. Entre estas razões estão as variações climáticas globais. Secas extraordinárias ocorreram em vários países produtores, tais como Argentina, Austrália, Ucrânia e Cazaquistão. Ao mesmo tempo, chuvas intensas e pesadas abateram-se sobre a América do Norte e Europa, grandes centros produtores, acentuando a perda de colheitas de grãos.

A colheita de 2006 nos 27 países da União Européia ficou abaixo da previsão ( cerca de 226 milhões de toneladas ). A consequência imediata foi a passagem, espetacular, da União Européia da condição de exportador para importador bruto de cereais e grãos. Por outro lado, razões estruturais, portanto constantes, surgiram com forte intensidade, mesmo antes de 2006.

Entre as razões estruturais que alteraram em profundidade o mercado mundial de alimentos está a entrada maciça no mercado da China Popular e da Índia como grandes compradores. Também o Oriente Médio, na vaga do aumento dos preços do petróleo, tornaram-se grandes compradores de alimentos. Com a incorporação de ambas as nações aos circuitos globais de comércio puderam acumular imensas reservas e utilizá-las para a compra de alimentos para a população, melhorando e intensificando o padrão-alimentar interno.

**Uma crise global** - De qualquer forma, em ambos os países deram-se, também, fortes alterações nas práticas agrícolas, com o surgimento de vastos campos de cultivos voltados para a produção de biomassa para combustíveis – cana-de-açúcar na Índia e milho na China Popular – incidiu diretamente na área agrícola voltada para a produção de grãos e cereais. Assim, em vastos conjuntos geográficos – centros tradicionais de agricultura de alimentos, como a América do Norte, Europa, China Popular e Índia – deu-se um notável decréscimo da produção de milho, trigo, sorgo. Com a diminuição dos grãos, e seu conseqüente aumento, também a produção mundial de leite entrou em declínio (milho e farelos são utilizados comumente para a alimentação do gado leiteiro). Assim, desde 2005 o

preço do leite – vendido em pó no comércio mundial – duplicou. Em alguns estados da Federação Americana, como o Wisconsin, o preço do leite já é superior ao preço da gasolina.

Nos Estados Unidos a transformação de amplos campos de cultivo em produção de milho e o uso de tais colheitas na produção de etanol – como a imensa produção de Iowa no Middle West – impactou fortemente o mercado de alimentos. Com uma demanda crescente – incluindo aí a indústria de alimentos, a suinocultura, a avicultura e a produção leiteira mais poderosa do mundo – os Estados Unidos passaram a comprar. Assim, desde 2005, os Estados Unidos passaram a realizar compras maciças no mercado mundial e valendo-se dos mecanismos de livre-comércio no interior do NAFTA, passou a adquirir uma grande quantidade de milho mexicano. O resultado imediato sobre o mercado mexicano foi o brutal aumento dos preços no México. O preço da “tortilla” mexicana refletiu de imediato as conseqüências, no âmbito do NAFTA, das opções americanas. O livre mercado de combustíveis nos Estados Unidos – com as alterações de preços chegando diretamente ao consumidor – incide, assim, de forma imediata na segurança alimentar do país-sócio.

**Crise estrutural?** Ora, ao contrário dos fatores aperiódicos, na maioria das vezes de caráter climático, os chamados “fatores estruturais” são persistentes, permanentes, e, tendencialmente, crescentes. É de crer que as compras chinesas e indianas, além da presença norte-americana nos mercados, não só aumentem, mas, aumentem em ritmo acelerado. Da mesma forma, a conversão de campos de cultivos para fins alimentares em cultivos de fins energéticos nos Estados Unidos deverá se manter e, mesmo, se acentuar.

A dependência dos Estados Unidos do combustível abundante e barato – um traço civilizacional norte-americano – em meio a uma conjuntura amplamente conflitiva no Oriente Médio/Golfo Pérsico e com adversidades na Venezuela, implicará, continuamente, na busca de combustíveis alternativos. Assim, a nova aliança entre Washington e Brasília teria seu centro de gravidade na busca de formas alternativas, de preferência limpas, como substituição parcial ao combustível fóssil.

Da mesma forma, a aliança Caracas/La Paz, valorizada por um longo artigo de Fidel castro no *Gramma* – contra os biocombustíveis – atende aos mesmos objetivos. Como detentores das maiores reservas de combustível fóssil no continente – ao lado do equador – um projeto alternativo de bionergia limpa patrocinado por dois megaconsumidores (Estados Unidos+Brasil) só poderia gerar temor em Caracas e La Paz.

Particularmente os investimentos maciços do Brasil em energia elétrica – as usinas do Rio Madeira – e a opção emergencial pelo gás liquefeito, apontariam para uma forte perda de poder de pressão/negociação por parte de La Paz.

**Comestíveis ou combustíveis: um dilema?** Da mesma forma, as críticas no âmbito da União Européia possuem a mesma lógica – de um lado, a presença do mercado e, de outra, a construção da geopolítica alternativa de combustíveis. Como os maiores produtores de biomassa para uso energético – a Alemanha à frente com a colza – a chegada de novos concorrentes, em especial o Brasil com seus abundantes fatores de produção, baratos, e ampla tecnologia autônoma – seria um desastre.

Neste sentido, a crítica “européista” – ecoada pelo eixo Havana+Caracas+La Paz – apontaria para uma forte oposição entre segurança energética e segurança alimentar.

As críticas apontariam para dois elementos centrais desestruturantes do mercado de alimentos a partir da produção de biomassa para uso energético:

i. “Queimar comestíveis para produzir combustíveis” é a máxima dos críticos europeus, apontando à alta – real – dos preços dos alimentos como uma consequência da opção energética;

ii. A ampliação de cultivos tais como milho, cana-de-açúcar ou soja, para a produção de energia geraria uma nova forma de poluição ( águas, terras, agrotóxicos, etc.. ) anulando qualquer ganho do ponto de vista de energia limpa.

Contudo, a própria conjuntura de crise do mercado de grãos desmente os argumentos “européistas”. A diminuição real das áreas de cultivos de alimentos foi, durante bom tempo, um política tipicamente europeia, visando viabilizar os altíssimos subsídios pagos à agricultura europeia ( em especial na para o açúcar de beterraba, carnes e laticínios ). Por outro lado, a troca de campos de alimentos por cultivos exclusivamente voltados para a produção de biocombustíveis é tipicamente americana , onde a produção de biomassa estava centrada na produção de etanol de milho. No caso de outros cultivos – cana-de-açúcar, mamona, com seus biomas específicos e já claramente diferenciados dos cultivos alimentares – não haveria qualquer “concorrência predatória” entre comestíveis e combustíveis.

Da mesma forma, a expansão de tais cultivos – cana, mamona – se daria sobre áreas de pousio – “bush fellow” – não atingindo as grandes áreas florestais – o “forest fellow”. Somar-se-ia a isso a incorporação de vastos setores do proletariado rural e sub-proletariado, bem como as franjas demográficas da expansão da pequena produção camponesa ( no sentido que Chayanov dá ao termo ) aos mecanismos de mercado.

Assim, a expansão da “energia verde” seria capaz de gerar emprego e renda no meio rural em países como Brasil, da América Central, da África e da Ásia das Monções.

A crise atual na produção de alimentos, contudo, acentuou, no atual momento, as disfunções do mercado mundial. Assim, em outubro de 2007 a Ucrânia – o maior celeiro da Europa - anunciou a sua retirada do mercado fornecedor de alimentos, no mesmo momento em que as safras na Austrália e na Argentina ainda não podiam ser avaliadas para 2008.

### **União Européia e os subsídios:**

Tais acontecimentos fizeram soar o sinal de alerta na União Européia. A Itália e a Espanha, com suas grandes populações e seu clima seco, foram os primeiros países da UE a sentir a crise. Assim, os preços da farinha de trigo – e portanto da “pasta” – sofreram aumentos substantivos, gerando mal-estar em grandes cidades italianas.

A crise provocou, ainda, um imediato “racha” na principal política da União Européia: a política agrícola comunitária ou PAC. Espanha e Itália, com apoio dos demais países mediterrâneos, exigiram respostas imediatas para a crise, que foram definidas pela Comissão Européia em dois sentidos:

i. o abandono imediato da política de pousio forçado – “bush fellow” – com a colocação em cultivo de amplos campos deixados regularmente sem cultivos – cerca de 3,8 milhões de hectares -, atingindo cerca de 10% da área agrícola da U.E e que poderiam resultar em um aumento de 10 milhões de toneladas adicionais;

ii. autorização de cultivo em amplas reservas ambientais, com vasto impacto sobre a política de preservação ambiental no âmbito da U.E.;

iii. cessação dos subsídios à produção de açúcar de beterraba, retirando do mercado cerca de 2,2 milhões de toneladas de açúcar ( das cinco milhões de toneladas produzidas ). Da mesma forma, a União decidiu pagar um subsídio de 237,5 euros por tonelada que for convertida em produção de cereais ou grãos.

Tal conjunto de medidas, contudo, não alteraram substancialmente, a crise. Tal constatação forçou a tomada de decisões quase revolucionárias no âmbito da PAC. Fez-se, então, a suspensão de dois impostos de importação sobre grãos e cereais, atingindo inicialmente o milho, trigo e sorgo.

Os países centrais na formulação da PAC – França, Holanda, Dinamarca – alertaram, com azedume, para o precedente aberto em 2007 com a suspensão dos impostos de importação. Tais impostos, ao lado da política de subsídios e das barreiras fito-sanitárias, seriam, exatamente, o conteúdo central da PAC. A quebra de um de seus pilares – os impostos – abriria uma imensa brecha sistêmica na PAC ( no exato momento em que esta está sob fogo cerrado como uma das causas centrais do fracasso da Rodada de Doha da OMC ). O governo francês advertiu, então, sobre a imensa dificuldade em restabelecer o sistema protetor ao final do período crítico. Uma virtual baixa dos preços para além de 2008 – uma abordagem hipoteticamente otimista – levaria a uma situação de enorme crise de toda a agricultura européia.

Ora, a possibilidade de uma baixa geral dos preços agrícolas em 2008 é apenas hipotética. Tal cenário teria que contar com duas contra-tendências, a saber:

i. a presença da China Popular e da Índia enquanto compradores no mercado mundial deveria diminuir;

ii. a presença dos Estados Unidos no mercado de biocombustíveis seria moderada.

**Há uma saída?** O aumento dos preços e da superfície plantada aponta para a possibilidade de uma colheita recorde em 2008: seriam cerca de 640 milhões de toneladas em 225 milhões de hectares e um rendimento de cerca de 2.8 toneladas por hectare – caso o fator clima não aja de forma negativa mais uma vez. Na verdade, não há razões suficientes



para acreditar que tais indicadores serão reais e capazes de mudar tendencialmente o comportamento atual do mercado mundial de alimentos, principalmente em razão das compras chinesas e indianas. O curso dos acontecimentos, na realidade, aponta para a manutenção das tendências atuais e, mesmo, sua acentuação.

Mesmo a análise de que os fatores desencadeantes da crise alimentar em 2006/7 são conjunturais merece melhor atenção. Considerados aperiódicos – climáticos – os fatores desencadeantes poderiam não incidir sobre as colheitas futuras. Contudo, podemos pensar que a forte aperiodicidade climática seria bem mais um fenômeno estrutural do que um fator aleatório. Na verdade o fator climático assumiria um forte caráter estrutural recorrente e agravante enquanto parte direta do fenômeno do aquecimento global. Este, mostrar-se-ia muito mais intenso nas regiões temperadas boreal e austral – grandes celeriros cerealíferos – anunciando uma nova geografia agrária mundial.

A observação cuidadosa do mercado agrícola mundial nos próximos anos – mesmo num horizonte curto de cinco anos – deverá apontar , com mais exatidão, as tendências futuras.

De qualquer forma, a segurança alimentar deverá ser um tema central nas relações internacionais doravante. Particularmente a vitória do Partido Democrata americano nas eleições de 2008 ( com ou sem Al Gore ) deverá levar a preocupação ambiental ao nível de política de segurança do Estado, em possível substituição à “Guerra contra o Terrorismo” dos Republicanos de George Bush.

O Brasil, como grande centro produtor e consumidor ( trigo ), membro-líder do G-20 e no Grupo de Cairns deverá desempenhar um papel central no debate em torno da estruturação de um mercado (livre) de alimentos em âmbito mundial. Isso ao lado do estabelecimento de um mercado regulado de commodities bioenergéticas. Para tal estruturação as opções européias sobre o futuro da PAC, bem como o apoio de uma nova administração americana e a superação do imobilismo do Japão ( as grandes potências subsidiadoras do setor agrícola mundial ) deverão ceder no âmbito de uma desejada retomada da Rodada de Doha.

*Francisco Carlos Teixeira é professor Titular de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).*

**FAO propõe ajuda a trabalhador para proteger ambiente** - Efe – Estado de São Paulo – Vida & - 16/11/2007

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) propôs ontem ajuda econômica aos trabalhadores rurais como meio de proteger o ambiente. A idéia consta do relatório anual da FAO sobre o estado da agricultura e da alimentação, apresentado em Roma.

O diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, disse que “a agricultura emprega mais pessoas e consome mais terra e água que qualquer outra atividade” e pode “destruir terras, água e recursos biológicos, ou melhorá-los”. A FAO admite que a ajuda pode ter efeitos adversos, como a alta dos preços dos alimentos.

### **'Subsídio ambiental' tem apoio das Nações Unidas - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 16/11/2007**

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) defende claramente que os agricultores sejam remunerados para proteger o meio ambiente, como uma forma de garantir que a crescente demanda por alimentos e bioenergia não destrua o planeta.

Os agricultores são os principais gestores dos recursos naturais do mundo. Exploram 5 bilhões de hectares de uma superfície total de 13 bilhões. Assim, destaca a FAO, a agricultura pode tanto provocar a degradação de solos, recursos hídricos, ar e recursos biológicos, como melhorá-los. Tudo depende das decisões tomadas por 2 bilhões de pessoas que vivem da agricultura, pecuária, pesca e exploração das florestas.

"O desafio é convencer os agricultores a limitar os efeitos negativos de seu modo de produção, ao mesmo tempo em que respondem à crescente demanda por produtos alimentares", destaca a entidade em relatório publicado ontem em Roma.

As regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) permitem que os governos dêem subsídios para que seus agricultores protejam o meio ambiente sem perder renda. O mecanismo vem sendo utilizado pela União Européia sobretudo para transferir a ajuda até então concedida para ampliar o volume de produção e que provocava gigantescos excessos, que derrubavam depois os preços internacionais com a exportação subsidiada.

Mas Leslie Lipper e Bernardete Neves, duas das autoras do relatório da FAO, explicam que a proposta agora é diferente e não tem nada a ver com subsídios, mas sim com o pagamento de um "serviço ambiental" real. Como existe hoje mais informação sobre os custos das degradações, a avaliação desse serviço pode ser melhor calculada para permitir que os agricultores sejam pagos sem depender necessariamente dos governos.

A captação de recursos para esse fim virá principalmente do setor privado. Uma empresa de água mineral, por exemplo, poderá pagar para que produtores de uma determinada região protejam a área e não utilizem material que possa prejudicar a qualidade da água.

"O Brasil já tem um nível elevado de informação, boa estrutura e capacidade para aplicar os serviços ambientais e proteger sua enorme biodiversidade", afirma Leslie. As ajudas financeiras poderiam ser utilizadas pelos agricultores para evitar o desflorestamento, reduzir o cultivo, aumentar a cobertura vegetal ou mesmo para uma gestão correta dos campos de pastagem.

"A agricultura mundial pode assumir esse desafio", declarou o diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, na apresentação do documento. "Muitos governos já dão subsídios à agricultura, mas poucos o fazem para proteger o meio ambiente e os incentivos atuais tendem a favorecer a produção de alimentos e, cada vez mais, de biocombustíveis. **(Com agências internacionais)**

## **Energia e preço dos alimentos preocupam G20** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/11/2007

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA - A preocupação com a questão dos recursos energéticos e o contínuo aumento dos preços do petróleo e dos alimentos marcou o encerramento, ontem, do Fórum do G20 (grupo que reúne países em desenvolvimento liderado por Brasil e Índia), realizado na África do Sul.

O G20 afirmou que a volatilidade dos preços exerce um efeito desestabilizador em muitos países.

O grupo manifestou ainda preocupações sobre um possível desaquecimento no crescimento da economia global e com a desvalorização do dólar. Os países também pediram uma melhor supervisão e gerenciamento dos riscos financeiros.

Durante as sessões, a portas fechadas, o fórum recomendou que o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial reflitam a crescente importância dos países em desenvolvimento no cenário econômico mundial.

## **Produção agroecológica de assentamento abastece entidades sociais** – Sítio Eletrônico do MST – 19/11/2007

A produção agroecológica dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), estão abastecendo entidades filantrópicas e carentes, que atendem populações de baixa renda. Um exemplo disso é a experiência de 32 famílias que moram no assentamento Contestado, localizado no município da Lapa, a 70 km de Curitiba, e entregam alimentos para entidades de Campo Largo e Lapa, na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná.

Os trabalhadores doam a cada mês cerca de 7.000 quilos de alimentos, entre verduras, legumes, frutas, pão, geléias, feijão, arroz, mandioca, batata doce, milho verde, entre outros, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) do governo federal.

Todas as terças-feiras, um veículo do Provopar de Campo Largo, recolhe mais de 30 tipos de produtos que são distribuídos à Fundação João XXIII, Lar Sagrada Família, Associação dos Deficientes Físicos, Ação Social Santa Cecília, Associação Bibi Meireles, Lar Escola Odila Portugal Castagnoli, de Campo Largo e o Instituto Contestado de Agroecologia, na Lapa.

A coordenadora do Lar Escola Odila Portugal Castagnoli, Maria de Lourdes Norberto, conta que a iniciativa dos assentados está sendo fundamental para manter a entidade. “Recebemos apenas R\$ 17,00 por criança, por mês, então a ajuda do assentamento é muito bem vinda. Estamos torcendo para que o projeto continue, porque se não tivéssemos esse tipo de doações não tinha como alimentar as crianças”, afirma. O Lar Escola recebe doações do assentamento Contestado há nove meses. A entidade atende cerca de 70 crianças de baixa renda, de três meses a cinco anos de idade, oferecendo quatro refeições por dia.

As entidades recebem alimentos produzidos de forma agroecológica, respeitando o meio ambiente sem o uso de agrotóxicos. No assentamento, 28 famílias possuem certificação agroecológica da Rede Ecovida de Certificação Participativa. O assentamento Contestado conta com 108 famílias assentadas e foi criado em 1999.

Com a participação no PAA, os assentados estão fortalecendo o grupo agroecológico de 35 famílias, criado no assentamento, com o nome de Terra Livre, profissionalizando os agricultores na produção de verduras e legumes, e obtendo um aumento significativo na renda. “Ao mesmo tempo que estamos doando para entidades que necessitam de uma diversidade de alimentos, foi importante, porque ajudou as pessoas a acreditar no seu potencial de produção e organização”, destaca o assentado e coordenador do grupo agroecológico, Paulo Rodrigues Brizola.

Atualmente 70% da renda dos agricultores vem do PAA. Com o projeto os trabalhadores obtêm uma média mensal de R\$ 280, por família. O assentado Celso José Chagas, comemora a parceria com a Conab. “Deu uma segurança a mais, porque tudo que nós vamos produzindo já tem uma venda garantida na cidade, e é um orgulho saber que a produção vai direto para entidades e escolas”, comemora.

Além do programa do governo federal, as famílias produzem para o auto sustento e comercialização no mercado local. Segundo Brizola, estão sendo discutidas outras alternativas para a venda da produção, em feiras livres e cestas direto ao consumidor.

O segundo ano do programa está terminando neste mês de novembro. Os trabalhadores já apresentaram uma proposta de renovação, que está sendo analisada pela Conab. A participação do assentamento Contestado no PAA, começou em 2005, com o envolvimento de 15 famílias. No ano seguinte, o número foi ampliado para 32 famílias, e se for aprovado, em 2008, 34 famílias estarão participando do programa.

**Avaliação** - Para avaliar os dois anos de funcionamento do projeto, os assentados que participam do programa e representantes de entidades beneficiadas se reuniram na quarta-feira, dia 14, no assentamento Contestado. O objetivo é aproximar agricultores e entidades, que vem sendo beneficiadas e discutir a continuidade da parceria.

## **Compra Direta Local será implantada em Dourados (MS) com apoio do Ministério do Desenvolvimento Social – Sítio Eletrônico do MDS – 20/11/2007**

Pequenos agricultores de Dourados (MS) serão beneficiados por um convênio que será firmado, nesta quarta-feira (21/11), entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Prefeitura da cidade para implantação da Compra Direta Local. O diretor da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério, Marco Aurélio Loureiro, participa do evento, que se realizará às 9 horas no Auditório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Centro de Pesquisa Agropecuária Oeste – EMBRAPA/CPAO.

Esta, que é uma das modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), prevê a compra pelo município de alimentos dos pequenos agricultores para serem doados às famílias de baixa renda atendidas em programas sociais,

creches, hospitais, asilos, cozinhas comunitárias, grupos vulneráveis (atingidos por calamidades), dentre outros.

O MDS repassará R\$ 839.676,08 para a Prefeitura de Dourados que já cadastrou 240 agricultores que se enquadram no Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) do Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma das exigências para participação no PAA. O convênio prevê a dispensa de licitação e fixa o teto de compra em R\$ 3,5 mil ao ano por agricultor, e R\$ 7 mil, no caso da produção de leite. O objetivo é garantir preço e mercado para os produtores.

A Compra Direta Local é um dos principais instrumentos do PAA, executado em parceria pelos ministérios do Desenvolvimento Social, do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O convênio é feito com Estados e municípios e destina-se à aquisição de produtos cultivados por agricultores familiares. Os principais adquiridos no convênio são: arroz, feijão, milho, trigo, farinha de mandioca e leite em pó. À proporção que Estados e municípios operam a Compra Local, promovem e ampliam as unidades familiares rurais e disponibilizam alimentos adequados à nutrição das populações atendidas.

**Segurança Alimentar e Auto-Sustentação** - Além da assinatura do convênio para a implementação da Compra Direta Local da Agricultura Familiar, a assessora técnica, Rosângela Carvalho, da secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do MDS apresenta o sub-programa Segurança Alimentar e Auto-Sustentação.

Criado pelo Comitê Gestor de Políticas Indigenistas para a Região Sul de Mato Grosso do Sul, a ação tem como objetivo, paulatinamente, substituir ou diminuir a necessidade das cestas de alimentos, por intermédio da promoção da economia de subsistência familiar. O Comitê é coordenado pelo MDS e tem entre seus membros: FUNAI, FUNASA, governo do Mato Grosso do Sul e Prefeituras da região.

### **SERVICO**

***Assinatura de convênio entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Prefeitura de Dourados (MS) para implantação da Compra Direta Local***

**Data:** 21 de novembro de 2007 (quarta-feira)

**Horário:** 9h

**Local:** Auditório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Centro de Pesquisa Agropecuária Oeste – EMBRAPA/CPAO / BR 163, km 253,6 – Dourados (MS)

**Altas nos preços devem fazer com que volume global seja de US\$ 745 bi no ano**

**Pascal Lamy, diretor da OMC, disse que subida nos preços é um fenômeno cíclico e que deverá ser corrigido "a médio prazo"**

A explosão nos preços das matérias-primas agrícolas levará o volume global de importação de alimentos a bater um recorde histórico neste ano, atingindo US\$ 745 bilhões, 21% a mais que no ano passado. A previsão está num relatório da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), que alerta para os efeitos negativos das altas para os países pobres que dependem de importações de alimentos.

Segundo o estudo, apresentado ontem na OMC (Organização Mundial do Comércio), o custo da cesta básica de alimentos para os países menos desenvolvidos será neste ano duas vezes maior que em 2000.

O relatório da agência da ONU não cita produtos específicos, mas destaca que as altas foram puxadas principalmente pelo setor de grãos e laticínios. "O índice de alimentos da FAO subiu 9% em 2006 em comparação com o ano anterior. Em setembro de 2007, ele estava 37% mais alto que no mesmo período do ano passado."

O relatório lembra que períodos de altas nos preços das commodities não são incomuns nos mercados agrícolas, embora costumem ser mais curtos que os mercados por preços baixos. Mas vê uma diferença no que ocorre hoje. "O que distingue a situação atual é como o fenômeno se espalhou, atingindo não apenas algumas, mas quase todas as principais commodities de alimentos."

Entre os motivos citados pela FAO para o salto dos preços estão o aumento das importações de alimentos -causado pela demanda crescente-, a queda no volume de ajuda alimentar para os países pobres, que este ano deve ser 45% menor que há oito anos, o encarecimento dos cereais e os maiores custos dos fretes marítimos, que subiram 400% desde 1999.

"É importante notar que, com exceção do primeiro fator [que deriva da incapacidade dos países em ter uma produção que supra a sua demanda interna de alimentos], todos os outros são externos e fora do controle dos governos."

Questionado pela Folha sobre os possíveis efeitos negativos das altas das commodities agrícolas, o diretor da OMC, Pascal Lamy, não se mostrou preocupado. Para ele, trata-se de um fenômeno cíclico, que "fatores estruturais" tratarão de corrigir "a médio prazo".

"Calculo que as forças de mercado farão esse ajuste a médio prazo, com um aumento da produção que atenda à demanda crescente", disse Lamy, repetindo seu mantra

habitual, de que a conclusão da estagnada Rodada Doha será um passo positivo para a economia mundial. Entre outros motivos, porque ajudará a estabilizar os preços das matérias-primas.

**Mel em sachê produzido em PAs da Paraíba vai beneficiar escolas** – Sítio Eletrônico do MDA – 22/11/2007

Prefeituras do Alto Sertão Paraibano estão negociando a compra do mel produzido nos Projetos de Assentamento (PA) da região para reforçar a merenda das crianças matriculadas nas redes municipais de ensino. Como forma de facilitar o consumo, a substância será embalada em sachês, pelos próprios assentados, na Casa do Mel, que é o local de armazenagem e comercialização, sem atravessadores, da substância extraída por esses trabalhadores.

A máquina para a fabricação dos sachês será adquirida, por meio de licitação, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na Paraíba, através do Projeto Terra Sol. Os municípios de Cajazeiras, Aparecida e Pombal já manifestaram interesse na compra do mel embalado.

O projeto de desenvolvimento da atividade apícola em assentamentos do Alto Sertão paraibano está orçado em R\$ 71.500,00 e prevê, ainda, a aquisição de 300 colméias, 60 indumentárias, 12 cilindros para armazenamento do mel e 100 kg de cera.

A ação vai beneficiar 66 famílias dos Projetos de Assentamento Santo Antônio, Valdeci Santiago, São Francisco, Frei Damião, Juazeiro, Acauã, Fortuna, Cruzeiro, Recanto e Mutirão. Outras quatro comunidades da agricultura familiar também devem participar do projeto.

No Alto Sertão paraibano a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as associações dos Projetos de Assentamento, a Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (Caaasp), entre outras entidades, desempenham atividades em conjunto como na Rede Abelha, que já capacitou 120 agricultores na produção e comercialização do mel. Os 70 apicultores em atividade mantêm 515 colméias, que produziram 4.768 litros de mel em 2006.

**Custo de importação de alimentos sobe 21% - Assis Moreira – Valor Econômico - 22/11/2007**

Países importadores de alimentos enfrentam custo recorde para obter os produtos este ano. O valor global dessas importações deve aumentar 21%, alcançando US\$ 745 bilhões. A fatura dos países em desenvolvimento como um todo deve subir 25%.

Os dados foram apresentados ontem pela Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), no comitê agrícola da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A entidade faz a avaliação a partir do ponto de vista importador. Em outros estudos, sempre destacou que o Brasil é um dos principais ganhadores, como grande exportador competitivo.

Em setembro, o custo dos alimentos era 37% maior do que no mesmo período do ano passado. A entidade destaca que alta ou baixa de preços não é raro nos mercados agrícolas. O que distingue a atual situação é como esse fenômeno está propagado, afetando não algumas, mas quase todas as commodities agrícolas.

Isso leva consumidores de países importadores a pagar mais pelo pão, pasta, leite e carne.

Segundo a FAO, a atual situação, especialmente "atípica", só não eleva o preço do açúcar, do qual o Brasil é o maior produtor mundial. Ao mesmo tempo, porém, a ajuda alimentar fornecida por países ricos declina - é 45% menor do que há oito anos.

"Existe uma preocupação amplamente propagada sobre inflação causada pelos preços dos alimentos", reiterou o representante da FAO na OMC, mencionado também agitação social em alguns países devido à situação.

A agência da ONU alertou os 150 países-membros da OMC que o fornecimento, sobretudo de cereais, está ficando mais difícil, inclusive porque cresce sua utilização na indústria. Os estoques, que já eram baixos no começo da estação, devem ficar assim porque a produção global de cereais será suficiente apenas para responder a utilização global.

Entre julho e outubro, a média de preços do trigo dos EUA era 154% mais caro que há oito anos.

Nas projeções da FAO, o comércio deve diminuir este ano, também por causa da enorme elevação dos custos de transportes. Nos últimos meses, o frete a partir dos EUA para importadores principais, como o porto de Roterdã, Egito e Bangladesh, era 400% mais alto que em 2000.

Tudo isso, além de problemas climáticos, guerra e conflitos civis em países produtores pioraram o cenário para importação.

Outro observador do comitê da OMC, a Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) insistiu que soluções de mais longo prazo para segurança alimentar precisam incluir o corte de subsídios nos países ricos. Só dessa forma, os agricultores dos países em desenvolvimento podem obter melhores preços, melhorar infra-estrutura e produtividade.



## **Criada Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – Sítio Eletrônico do MDS – 26/11/2007**

A Presidência da República, por meio da Casa Civil, publicou nesta segunda-feira (26/11), no Diário Oficial da União, dois importantes decretos da área de segurança alimentar e nutricional. O primeiro deles - [nº 6.272](#), de 23 de novembro de 2007 - dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Já o Decreto n.º [6.273](#), de 23 de novembro de 2007, cria, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.

O CONSEA é composto por 57 membros, titulares e suplentes, dos quais dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais, como ministros de Estado e secretários especiais. O presidente é um representante da sociedade civil, indicado pelo Conselho entre seus membros e designado pelo presidente da República. O secretário-geral é o ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - atualmente, ministro Patrus Ananias - e a Secretaria-Executiva, que dá suporte técnico e administrativo ao funcionamento do CONSEA, é composta por cargos em comissão e funções de confiança para essa finalidade.

Dentre as competências do Conselho, estão o estímulo ao aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de participação e controle social nas ações integrantes da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; a convocação para a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com periodicidade não superior a quatro anos; e o zelo pela realização do direito humano à alimentação adequada e pela sua efetividade.

A criação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional tem como finalidade promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública federal na área de segurança alimentar e nutricional. A Câmara será presidida pelo Secretário-Geral do Consea e integrada pelos seus representantes governamentais titulares e suplentes.

**Posse CONSEA** - O novo presidente do CONSEA, Renato Maluf, e os novos conselheiros da entidade serão empossados nesta terça-feira (27/11) no Palácio do Planalto, em Brasília (DF) às 14h30. Da cerimônia participarão o presidente Luiz Inácio Lula da Silva; o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias; secretários, assessores, diretores e coordenadores do Ministério.

Durante a cerimônia, será entregue ao presidente Lula o relatório final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em julho deste ano, com apoio do MDS.

## **Secretário Onaur Ruano, do MDS, apresenta diretrizes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) a delegação peruana – Sítio Eletrônico do MDS – 27/11/2007**

Em visita de uma semana ao Brasil, o vice-ministro da Mulher e do Desenvolvimento Social do Peru, Victor Enrique Torres Cornejo, e mais nove técnicos e diretores de seu ministério estão cumprindo, desde segunda-feira (26/11), uma extensa agenda de compromissos com representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Nesta terça-feira (27), pela manhã, a delegação foi recebida pelo secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), Onaur Ruano.

O dirigente do MDS fez uma apresentação detalhada do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Estratégia de combate à fome e apoio a população em risco alimentar, realizada a partir do estímulo a projetos de inclusão social e geração de renda, o PAA é executado em parceria pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Desenvolvimento Agrário; e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Conab).

Durante a apresentação do secretário, foram destacados os modelos de gestão, a forma de operacionalização, as normas e legislação que definem o Programa. Ruano também detalhou como se processa a coordenação do PAA com os demais programas desenvolvidos pela SESAN - entre eles o de Restaurantes Populares.

“Foi uma manhã muito produtiva”, destacou Onaur Ruano. “Os integrantes da comitiva consideraram que o modelo e a forma com estamos atuando é muito acertada, na perspectiva de fazermos a inclusão do pequeno agricultor familiar, garantindo o pagamento justo pelos seus produtos. E ainda como um grande instrumento de Segurança Alimentar e Nutricional para aquelas famílias pobres que recebem o alimento adquirido da Agricultura Familiar”, completou.

**Modelos brasileiro e peruano** - O vice-ministro do Desenvolvimento Social do Peru, Victor Enrique Torres Cornejo, explicou que uma das principais diferenças entre o PAA e o modelo desenvolvido no Peru - batizado de Programa Nacional de Apoio Alimentar - está no sistema de aquisição. “Em nosso país o processo é feito via licitação, através de compras massivas”.

A comitiva peruana está no Brasil para participar do *Seminário Brasil-Peru – Políticas de Superação da Pobreza e da Erradicação da Pobreza Extrema*, que começou na segunda-feira (26), em Brasília. Eles pretendem conhecer os pontos mais relevantes da experiência brasileira em políticas de superação da pobreza, além de visitar projetos com resultados positivos.

Durante a reunião com o secretário Ruano, o vice-ministro Victor Cornejo destacou a perfeita articulação entre as diferentes instituições do Executivo brasileiro que contribuem, com sua competência, para fortalecer o PAA e salientou que essa visita será de fundamental importância para o desenvolvimento futuro do Programa Nacional de Apoio Familiar. “Queremos ter esse equilíbrio que está funcionando no desenvolvimento do programa no Brasil. Pretendemos adaptar todas essas experiências positivas em nosso país.”

Neste segundo dia de realização do seminário, estão sendo realizadas, ao longo do dia, palestras com representantes do Ministério do Desenvolvimento Social. Entre eles a assessora da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Patrícia De Marco e o assessor da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC), Bruno Câmara.

O *Seminário Peru em Políticas de Superação da Pobreza e Erradicação da Pobreza Extrema* prossegue até quarta-feira (28), no hotel St Peter, em Brasília (DF). A partir de quinta-feira (29), a agenda da delegação peruana continua nos municípios paulistas de Diadema e Pilar do Sul, onde os visitantes conhecerão de perto a execução dos programas do Ministério de Desenvolvimento Social.

**Posse no Consea é marcada por pedidos de investimentos sociais e comemorações pelos avanços alcançados** – Cíntia Nunes - Sítio Eletrônico do MDS – 27/11/2007

A celebração pelas conquistas e avanços nas políticas sociais e pedidos de união entre os poderes públicos e a sociedade civil marcaram a cerimônia de posse do novo presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Renato Maluf, e dos conselheiros da entidade. A solenidade, que ocorreu na tarde desta terça-feira (27/11), no Palácio do Planalto, em Brasília (DF), teve a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos ministros Patrus Ananias (Desenvolvimento Social e Combate à Fome), Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e Altemir Gregolin (Aqüicultura e Pesca).

Tido pelo ex-presidente do Conselho, Chico Menezes, como seu sucessor natural, Renato Maluf acredita que entre os principais desafios e prioridades está o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). "Para isso é necessário um esforço conjunto e a participação da Câmara Interministerial", disse o novo presidente do Consea, que cobrou apoio dos ministérios e governos para a consolidação do sistema.

O decreto presidencial que cria a Câmara Interministerial foi publicado pelo Diário Oficial da União na segunda-feira (26). Sua criação tem como finalidade promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública federal na área de segurança alimentar e nutricional. A nova instância será presidida pelo Secretário-Geral do Consea e integrada pelos seus representantes governamentais titulares e suplentes.

O ministro Patrus Ananias endossou o discurso de Maluf. "Como o presidente Lula, defendemos mais investimentos na área social. Isso não é gasto, é investimento". Criticando o constante revezamento dos participantes nas reuniões do Consea, o presidente Lula afirmou que é necessário trabalhar para uma política de segurança alimentar tão forte que nenhum governante possa mexer.

O presidente Lula disse ainda que o melhor que se pode fazer é deixar o governo e o Consea continuarem no seu ritmo. Não por decreto, mas pela capacidade organizacional que têm. "As mudanças e conquistas vêm mais devagar que a pressa das pessoas. Quando criamos o Bolsa Família, não faltou quem dissesse que era assistencialista. Cobraram a porta de saída quando as pessoas tinham acabado de entrar", lembrou o presidente.

**Alimento sobe e inflação fica em 0,19%, diz Fipe** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/11/2007

DA FOLHA ONLINE - Os preços dos alimentos tiveram alta expressiva na terceira quadrissemana de novembro -período de 30 dias até 22/11- e fizeram com que o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) da Fipe ficasse em 0,19% no período, contra uma variação positiva de 0,05% no intervalo anterior. Foi o segundo maior índice desde a segunda quadrissemana de outubro, quando houve a mesma variação.

A categoria alimentação registrou acréscimo de 1,05%, primeira alta acima de 1% desde a segunda leitura de setembro. Desde a terceira quadrissemana de agosto, a categoria vinha apresentando queda, mas, na leitura divulgada ontem e na da semana passada, o índice dos preços dos alimentos passou a subir.

**Instituições Brasileiras de Alimentação e Nutrição reúnem-se em Salvador (BA)** – Sítio Eletrônico do MDA – 30/11/2007

O diretor da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Marco Aurélio Loureiro, participou nesta sexta-feira (30/11) da XXVIII Reunião do Consórcio das Instituições Brasileiras de Alimentação e Nutrição – CIBRAN/2007, em Salvador (BA). O evento, que se iniciou na quarta-feira (28), teve como tema *Educação em Alimentação e Nutrição: Desafios entre o informar, o comunicar e o transformar*.

Loureiro participou de mesa redonda com a temática *A Experiência Governamental Brasileira na produção, disseminação e avaliação do material educativo em alimentação e nutrição* quando apresentou os projetos do MDS sobre o tema; relatou os objetivos, a produção, a atuação, os investimentos financeiros, a avaliação, a distribuição geográfica e as conclusões.

Além de mesa redonda, neste último dia do encontro, ocorreram conferências, fóruns, apresentação de trabalhos científicos e de relatório. Participaram profissionais de universidades dos Estados da Bahia, de Pernambuco, do Rio de Janeiro e de São Paulo, além de órgãos como a Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição do estado do Mato Grosso do Sul (CGPAN/MS), a Fundação Simpósio Brasileiro de Alimentação e Nutrição (Fundação SIBAN) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

**Feira que expõe experiências de desenvolvimento local terá participação do MDS –  
Sítio Eletrônico do MDS – 30/11/2007**

*A VI Expo Brasil Desenvolvimento Local - maior encontro internacional do gênero - se realizará em Natal (RN), de segunda a quarta-feira*

Experiências como o associativismo de remanescentes de quilombos por meio de fóruns comunitários no Espírito Santo; a mobilização dos moradores de Jardim Gramacho para transformar lixo em fonte de renda no Rio de Janeiro; as mini-fábricas de caju que articulam pequenos produtores com vistas à exportação de castanha para a União Européia no Rio Grande do Norte. Estas experiências estão entre mais de 30 iniciativas do Brasil e do exterior que serão apresentadas na VI Expo Brasil Desenvolvimento Local, que será realizada a partir da próxima segunda-feira (03/12), em Natal (RN).

Representando o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), pela Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias, participam do encontro o secretário substituto, Marcus Villarim, e os assessores Sandra Cipriano e Aderval Costa Filho. Também estarão reunidos, na capital potiguar, agentes locais de várias partes do País, gestores de políticas públicas e especialistas brasileiros e internacionais. Todos envolvidos em debates sobre avanços, retrocessos e novos desafios para a área, tanto no Brasil, como no exterior.

Os mais de dois mil convidados participarão de palestras, painéis temáticos, oficinas e de uma feira de projetos, produtos e serviços associados ao desenvolvimento local. Serão mais de 40 mesas de discussão em áreas como democracia participativa, inovação na cultura política, economia solidária e tecnologias sociais, com ênfase na cultura e no meio ambiente.

A VI Expo Brasil Desenvolvimento Local tem como principais objetivos estimular novas articulações e parcerias para o desenvolvimento local sustentável, tornar visíveis iniciativas concretas em andamento e contribuir para o fortalecimento do tema na agenda estratégica do País. É uma oportunidade de aprendizagem compartilhada, tendo como referência o desenvolvimento em busca das desigualdades e da segregação social.

Entre os debates incluídos na programação que envolvem diretamente o Ministério do Desenvolvimento Social estão os seguintes temas: A estratégia de desenvolvimento local do MDS e os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consads); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma ferramenta para promoção da segurança alimentar e da permanência no campo com garantia de renda; Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – desafios e perspectivas; Fundos Rotativos Solidários e Desenvolvimento Local: experiência e perspectivas – Comitê Gestor do projeto; e desafio da inclusão socioproductiva de participantes de programas de transferência de renda.

**SERVICO**

***VI Expo Brasil Desenvolvimento Local - Participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) - Natal (RN)***

**Data:** De 3 a 5 de dezembro de 2007 (segunda a quarta)

**Local:** Centro de Convenções de Natal (RN) – Av. Dinarte Mariz, S/N – Via Costeira, Natal (RN)

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

**Assistentes de Pesquisa**

Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**

Diva de Faria

**oppa** **Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**



**actionaid**



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

